



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN MOZAMBIQUE *BULLETIN*

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Sexta-feira, 11 de Junho de 2021 | Ano 1, n.º 16 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

DEFENDE CHRIS GOODWIN-HUDSON, FORMADOR EM VPSHR

“Aceitação do projecto pelas comunidades depende também da forma de actuação das forças de segurança”

No âmbito da iniciativa de implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (VPSHR – sigla em inglês) em Moçambique, oficiais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), representantes do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e membros de organizações da sociedade civil beneficiaram ontem de uma formação em aplicação de alto nível dos VPSHR.





Organizada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e pela petrolífera francesa TotalEnergies, a formação tinha como objectivo capacitar os participantes em matérias ligadas à redução e minimização do risco de abusos de direitos humanos e da ocorrência de incidentes relacionados com a segurança nas comunidades onde será implantado o projecto da Mozambique LNG.

E a principal regra para a minimização do risco de violação de direitos humanos é a “boa vizinhança” entre o projecto e as comunidades. “A aceitação do projecto por parte das comunidades depende também da forma de actuação das Forças de Defesa e Segurança que garantem a protecção desse mesmo projecto. Quanto maior for a

confiança das comunidades em relação às Forças de Defesa e Segurança, maior será o nível da sua colaboração, através de fornecimento de informações relevantes de segurança”, explicou Chris Goodwin-Hudson, facilitador da formação.

Além de ser director e fundador da WATCHMAN, empresa britânica de gestão de risco, Chris Goodwin-Hudson é um veterano do Exército britânico com experiência em operações antiterrorismo no Iraque e com uma passagem pelo banco de investimentos Goldman Sachs, onde foi director de segurança global.

Durante a formação, Chris Goodwin-Hudson recorreu à sua própria experiência no teatro operacional e a vídeos ilustrativos para mostrar que quando se fala de direi-



tos humanos não se está em presença de conceitos abstratos: trata-se, isso sim, de valores comuns, da dignidade humana que deve ser protegida. E a dignidade humana só será protegida se as Forças de Defesa e Segurança forem portadoras de valores e normas como disciplina, lealdade, integridade, abnegação, coragem, profissionalismo, respeito pelo outro e pela legalidade.

O formador fez notar que em ambientes onde há insegurança e terrorismo, como é o caso de Cabo Delgado, os Governos tendem a reagir com o envio de mais efectivos militares como forma de garantir a protecção de pessoas e bens. E quanto maior for a presença de efectivos militares, maior será o contacto com as comunidades locais, o que pode criar espaço para mais violações de di-

reitos humanos. “Mas isso acontece quando as Forças de Defesa e Segurança têm uma fraca liderança, uma formação deficiente e usam equipamentos inadequados para cada tipo de operações”.

Chris Goodwin-Hudson recorreu mais uma vez a vídeos para mostrar que a forma como as Forças de Defesa e Segurança se apresentam junto às comunidades e a forma como interpelam civis ou suspeitos nos postos de controlo é que dita a aceitação ou não do projecto que protegem. “As comunidades sempre avaliam a forma como actuam os provedores de segurança. Se elas sentirem que estão a ser maltratados, simplesmente não vão colaborar com os provedores de segurança, não vão partilhar informações sobre o inimigo”.

Respeitar e proteger a dignidade humana, mantendo e respeitando os direitos humanos de cada pessoa; não torturar ou infligir um tratamento cruel, desumano ou degradante como forma de obtenção de confissão; não cometer qualquer acto de corrupção; prestar protecção e assistência às pessoas necessitadas; e comportar-se de modo a promover a confiança mútua e respeito com a comunidade são alguns dos princípios que devem nortear o trabalho e a actuação das forças provedoras de segurança.

Entretanto, em situações de ameaça iminente à vida de membros das Forças de Defesa e Segurança e/ou da comunidade, o uso de força torna-se legítimo. “Mas a utilização da força letal só será permitida quando for estritamente indispensável e deve ser proporcional à ameaça. O uso da força deve cessar assim que a ameaça estiver neutralizada ou a situação controlada”, Chris Goodwin-Hudson.

Num passado recente, as Forças de Defesa e Segurança foram alvo de graves acusações relacionadas com violação de direitos humanos em Cabo Delgado. As queixas e denúncias eram apresentadas pelas comunidades que vivem nas zonas onde ocorrem ataques terroristas e pelas organizações nacionais e internacionais que trabalham na área dos direitos humanos. Além de demorada, a reacção das Forças de Defesa e Segurança sempre consistia em refutar as alegações sobre o seu envolvimento em actos de violação de direitos humanos, afirmando tratar-se de invenções dos próprios terroristas.

Entretanto, Chris Goodwin-Hudson defende que todos os incidentes de segurança que tenham impacto negativo nos direitos humanos das comunidades devem ser

investigados à luz dos VPSHR. Na falta de uma investigação em VPSHR (que não substitui uma investigação das autoridades do Estado), as comunidades perdem a confiança nas forças de segurança e o risco de o projecto ser desacreditado é maior. Por isso, “o projecto tem responsabilidade na investigação em VPSHR. As investigações devem ser independentes, objectivas e equilibradas, com protecção de testemunhas”.

E os resultados das investigações de violação de direitos humanos devem ser partilhados com as comunidades como forma de conquistar a sua confiança. Aliás, a necessidade de partilha de informações relacionadas com a segurança em Cabo Delgado foi fortemente defendida por representantes de organizações da sociedade presentes na formação. Além de ser um direito constitucional, o acesso à informação sobre o que acontece em Cabo Delgado torna os cidadãos devidamente actualizados e menos vulneráveis a falsas notícias.

Apesar de reconhecerem a importância de manter os cidadãos informados, os oficiais do Ministério da Defesa Nacional chamaram atenção para a necessidade de se ter cuidado com informações sensíveis sobre segurança. Ou seja, nem todas as informações serão partilhadas com o público devido ao seu carácter sensível e estratégico.


No final da formação, Chris Goodwin-Hudson destacou a importância da participação de mais de 10 oficiais superiores das FADM. “Já dei formação sobre VPSHR em muitos países e nunca tinha visto tanta presença de oficiais superiores das Forças Armadas. Na República Democrática do Congo, por exemplo, os oficiais superiores sempre alegam falta de tempo para participar em formações sobre VPSHR e mandam soldados juniores”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula , Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

